

O estatuto da história e seu papel social: um resgate do debate epistemológico a partir da década de 1970

Renato Aurélio Mainente¹ e Vinicius Cranek Gagliardo²

Resumo:

O objetivo do presente artigo é pensar o papel social da escrita da história e do historiador a partir das reflexões em torno do estatuto da história do início da década de 1970. Neste momento, vários autores procuraram definir o lugar ocupado pelo conhecimento histórico dentro das ciências humanas, definição que passava pela consideração da história enquanto uma narrativa. Essa valorização do papel da escrita traz consequências para pensarmos o campo de atuação do historiador na sociedade, já que sua participação social dependeria diretamente do seu entendimento do que é história. Desse modo, propomos resgatar os principais argumentos de Paul Veyne, Hayden White e Michel de Certeau, expoentes do debate dos anos 1970, além de outros autores que mais recentemente retomaram suas reflexões, buscando entender a função social da história a partir destas diferentes posições teóricas.

Palavras-chave: Escrita da história, Papel social da história, Epistemologia da história.

Abstract:

Status of history and its role in society: a rescue of epistemological debate from the decade of 1970.

The objective of this article is to think about the social role of the historical writing and of the historian from a discussion on the status of history of the early 1970s. At the present moment, several authors tried to define the place occupied by historical knowledge in the humanities, definition that went through the consideration of history as a narrative. The appreciation of the role of writing has consequences for the actuation field of the historian in society, since his participation would depend directly on his understanding of what is history. Thus, we recover the main arguments of Paul Veyne, Hayden White and Michel de Certeau, exponents of the debate in the 70s, and other authors who recently resumed his reflections, seeking to understand the social function of history from these different theoretical propositions.

Keywords: Historical writing, Social role of history, Epistemology of history.

Como aponta Roger Chartier em *À beira da falésia*, obra que reúne textos publicados nas décadas de 1980 e 1990, a “crise epistemológica” da história que sucedeu as inovações propostas pela “nova história” abriu diversos caminhos para a refundação de todas as certezas que, a partir de então, passaram a ser questionadas. Entre as incertezas enunciadas, talvez a mais fundamental entre elas foi a problematização da cientificidade da história. Tal “inquietação” decorreu, entre outras coisas, da interrogação sobre as relações entre a história e sua linguagem, o que impôs um questionamento acerca dos limites existentes entre a história escrita e suas verdades narradas.³ Nesse sentido, como aponta ainda Chartier, entre os autores que marcaram este debate epistemológico do início da década de 1970, podemos citar, pelo impacto ou incômodo que suas obras suscitaram, Paul Veyne, Hayden White e Michel de Certeau.⁴

Suas obras se inserem no momento em que os historiadores tomaram consciência de que toda história é sempre construída a partir de fórmulas que direcionam a produção das narrativas. Dito de ou-

² Mestrando em história pela Unesp/Franca. E-mail: renatomainente@hotmail.com.

³ Mestrando em história pela Unesp/Franca. E-mail: viniciusgagliardo@yahoo.com.br.

⁴ Cf. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

⁵ *Ibid.*, pp. 101-102.

tro modo, tornou-se plausível aos historiadores que o discurso histórico, seja ele qual for, é sempre uma narrativa. Tal constatação permitiu novas possibilidades para a linguagem da história, como o questionamento das fronteiras entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional, além da já apontada incerteza científica. No entanto, esse debate na década de 1970, ao qual Chartier se refere, esteve longe de resolver todas as suas questões levantadas. Em virtude disso, ainda recentemente, autores como Carlo Ginzburg e Paul Ricoeur, além do próprio Roger Chartier, retomaram os questionamentos levantados por Veyne, White e Certeau.

Para além das preocupações acerca do estatuto da história e sua escrita, este debate também pode suscitar interrogações sobre o próprio papel da história e dos historiadores na sociedade contemporânea. É a partir daí que este artigo propõe algumas reflexões: uma vez que a certeza científica é posta dúvida, qual a posição que a história deveria ou poderia tomar? Quais as implicações da escrita da história na sociedade? O historiador seria um mero romancista ou um intelectual atuante com estatuto próprio? Quais os limites de sua atuação? Quais as relações entre as formas de se conceber e escrever a história e a própria atividade do historiador enquanto agente social? Para respondermos a estas indagações, este artigo propõe o seguinte percurso: primeiramente, uma retomada dos principais argumentos dos autores que influenciaram o debate na década de 1970 em torno do estatuto da história, resgatando também alguns autores que, mais recentemente, influenciados por aquelas teorias, ainda dialogam sobre o que é a escrita da história; por fim, a partir das proposições teóricas apresentadas, pensar o lugar da história e do historiador como componentes atuantes no processo de transformação social.

A NARRATIVA HISTÓRICA

Foi no momento em que a história quantitativa e serial pregava sua objetividade científica, a partir de todos os seus métodos e técnicas informáticas, que Paul Veyne veio dizer, com seu “Como se escreve a história”, publicado em 1971, que “a história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências”.⁵ Desse modo, desde o início do texto, ao buscar estabelecer o estatuto da história, o autor retira dela qualquer pretensão à cientificidade. Isso se deve ao fato de que, para Veyne, a história “não tem leis que lhe sejam próprias”, pois ela é feita de acontecimentos particulares que não possuem uma estrutura explicativa prévia. Assim, a história não possuiria sentido ou ciclos, o que a tornaria um “sistema aberto”. É nesse sentido que Veyne afirma que “a história não possui uma articulação natural”, mas é construída de acordo com os interesses do historiador, onde a importância dos fatos seria atribuída de acordo com seus critérios subjetivos.

A partir desta constatação, a discussão sobre a narrativa ganha papel central na definição proposta pelo autor: “a história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso”.⁶ Dessa forma, o campo aberto ao historiador torna-se extremamente amplo, pois coloca como única condição que os fatos abordados se encontrem localizados em determinado período, abdicando de qualquer hierarquização do campo factual.⁷ Disso não decorre, porém, que a história seja um completo caos. Para responder a essa objeção, Paul Veyne propõe a noção de “trama”, fundamental dentro de sua obra. Segundo o autor, dentro de um assunto escolhido, o historiador encontra uma série de acontecimentos e suas respectivas ligações, ligações estas que não poderiam ser alteradas. O trabalho do historiador consistiria então em dar maior relevo a esse ou aquele acontecimento, e isso dependeria fundamentalmente da trama a ser desenvolvida.⁸ Nas palavras de Paul Veyne:

⁶ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 12.

⁷ VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.*, p. 18.

⁸ *Ibid*, p. 43.

⁹ *Ibid*, pp. 41-43.

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua convivência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa; [...] A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance, [...] ela será sempre trama porque será humana, porque não será um fragmento de determinismo.⁹

A trama consiste, portanto, no tecido em que os fatos são reunidos ou “costurados” pelo historiador, e é somente a partir dessa escolha que os fatos adquirem sua importância. Desse modo, a história só existiria na forma de uma narrativa elaborada pelo historiador: daí a afirmação de Veyne de que “a História, com maiúscula, [...] não existe”.¹⁰

Na medida em que a história somente existiria na forma de linguagem, como uma narrativa construída pelos historiadores, e não como entidade autônoma fundada em seu próprio decurso, Paul Veyne aponta para a existência de uma relação entre a história e o romance. Partindo do pressuposto de que a história é uma “narrativa de eventos” que não faz reviver os fatos que narra, pois o “vivido” que ressaí das mãos do historiador não é o dos atores, ou seja, partindo da ideia de que a história que só existiria como linguagem – sempre na forma de uma narrativa –, Veyne coloca a história num campo em que se estabeleceriam parentescos fundamentais entre ela e o romance, parentesco esse ligado a sua forma narrativa e aos seus componentes literários de construção. Apesar desta proximidade, Veyne defende uma única especificidade existente entre ambas:

A história é anedótica. Ela interessa porque narra, assim como o romance. Apenas distingue-se do romance num ponto essencial. Suponhamos que me descrevam uma revolta e que eu saiba que a intenção é contar-me história e que eu saiba que essa revolta aconteceu realmente; eu a verei como tendo acontecido num momento determinado, com um determinado povo; tomarei por heroína essa nação antiga que me era desconhecida há um minuto e ela se tornará, para mim, o centro da narrativa, ou melhor, seu suporte indispensável. Assim procede também todo leitor de romance. Somente aqui o romance é verdadeiro, o que o dispensa de ser cativante.¹¹

Tal afirmativa estabelece a única diferenciação entre os campos destes dois tipos de narrativas, a história e o romance: malgrado o campo da história ser inteiramente indeterminado, tal qual o do romance, ele pressupõe que “tudo o que nele se inclua tenha realmente acontecido”.¹²

Em *Meta-história*, obra publicada em 1973, dois anos após a divulgação do livro de Paul Veyne, ao construir uma história da consciência histórica na Europa do século XIX, Hayden White propôs três constatações como base para sua “teoria geral da estrutura daquele modo de pensamento que é chamado de ‘histórico’”:¹³ primeiro, Hayden White identificou as estruturas fundamentais que comandariam a produção de todos os discursos figurativos possíveis, ou seja, os modos possíveis de narração, a saber: os quatro tropos clássicos da linguagem poética – metáfora, metonímia, sinédoque e ironia¹⁴; segundo, White identificou quatro diferentes teorias da argumentação formal, isto é, quatro paradigmas da forma que se pode conceber que assuma uma explicação histórica: formista, organicista, mecanicista e contextualista;¹⁵ por fim, diferenciou quatro estratégias distintas de implicação ideológica, ou seja, qua-

¹⁰ Ibid., p. 42.

¹¹ Ibid., p. 34.

¹² VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revolucionou a história*, p. 23.

¹³ Ibid., p. 25.

¹⁴ WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 17.

¹⁵ Ibid., p. 12.

¹⁶ Ibid., p. 28.

tro posições ideológicas pelas quais os historiadores podem sugerir aos leitores a importância de seus estudos: anarquismo, conservantismo, radicalismo e liberalismo.¹⁶

Neste momento, como nosso objetivo é analisar o papel da narrativa na história, nos deteremos somente no resgate das estruturas fundamentais dos discursos, retornando às suas demais reflexões ao indagarmos sobre o papel dos intelectuais na sociedade contemporânea. Em relação às “estratégias tropológicas de prefiguração”, White apontou que tais prefigurações modelariam a própria constituição interpretativa do conteúdo das narrativas, pois implicariam na escolha do “enredo”, e seriam anteriores aos “modos de explicação histórica” e às “dimensões ideológicas do relato histórico” na construção do texto histórico. Assim, tomando o labor histórico como “estruturas verbais na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de *explicar o que eram representando-os*”,¹⁷ White afirma:

Dei a entender que um determinado historiador estará inclinado a escolher um ou outro dos diversos modos de explicação, no nível da argumentação, da elaboração de enredo ou da implicação ideológica, em resposta aos imperativos do tropo que informa o protocolo linguístico que tiver usado para prefigurar o campo de ocorrência histórica selecionado por ele para investigação. Sugeri, em suma, uma afinidade eletiva entre o ato de prefiguração do campo histórico e as estratégias explicativas utilizadas pelo historiador numa dada obra.¹⁸

No entanto, apesar do suposto determinismo linguístico que tais estruturas *a priori* poderiam implicar, ao apontar para a inseparabilidade entre forma e conteúdo na narrativa histórica, White afirma que a escolha entre uma ou outra estratégia de figuração seria feita com total liberdade e consciência pelo criador da escritura.

Desse modo, retomando algumas considerações propostas por *Meta-história* em seu artigo “Enredo e verdade na escrita da história”, Hayden White aponta que a história narrativa (“estória”) se aproximaria das narrativas ficcionais. Isso porque, se cada “estória” para ser dita deve ter um enredo – cujos tipos correspondentes aos tropos seriam o romance, a tragédia, a comédia e a sátira –, e se cada elaboração de um enredo é um tipo de figuração, então cada relato narrativo de um evento histórico “fica reprovado nos mesmos níveis de qualquer mera representação literária”.¹⁹ Assim, para Hayden White, como aponta Roger Chartier, a história escrita pelo historiador não dependeria nem da realidade do passado, nem das operações próprias à disciplina, pois a escolha que ele faz de uma “matriz tropológica” é “totalmente semelhante àquela do romancista”, o que elimina qualquer possibilidade de considerar a história possuidora de um regime de verdade que lhe seja própria, já que seus únicos critérios de diferenciação seriam “puramente formais e internos ao discurso”.²⁰ Portanto, o objeto histórico seria plausível de várias descrições ou narrações igualmente possíveis, desde que a narrativa produzida seja estruturalmente coerente, o que indicaria que o conhecimento estaria mais ligado a sua eficácia discursiva que a um referencial de verdade externo.

É a partir daí que, mais recentemente, o historiador Carlo Ginzburg construirá sua crítica ao pensamento de Hayden White. Em um artigo publicado originalmente em 1992, intitulado “Unus testis – o extermínio dos judeus e o princípio da realidade”, refletindo sobre a representação do Holocausto a partir da obra de White, Ginzburg tece sua crítica em relação ao relativismo que a obra de White implicaria. Contra a ideia de que a verdade de uma interpretação histórica consistiria na sua eficácia, Carlo Ginz-

¹⁷ Ibid., p. 37.

¹⁸ WHITE, Hayden. *Meta-história*, p. 18.

¹⁹ Ibid., p. 434.

²⁰ Id. “Enredo e verdade na escrita da história”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 201-202.

²¹ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*, p. 111.

burg argumenta a favor da leitura das evidências disponíveis, mesmo que tais evidências se reduzam as “narrações baseadas numa só testemunha”.²¹

No artigo em questão, Carlo Ginzburg trata de refutar a não-referencialidade do discurso histórico proposta por Hayden White. Embora o autor faça várias associações entre Hayden White e autores do idealismo italiano, ficaremos, por ora, restritos a ideia da prova documental como capaz de dotar a história de veracidade. Para o historiador italiano, qualquer narrativa histórica faz referência a documentos e provas, garantindo assim, um referencial a partir do qual seria possível avaliar a “verdade” contida naquele relato. Ao comentar um trecho do historiador Renato Serra, no qual o autor contesta o documento como expressão direta da realidade, Carlo Ginzburg postula sua principal linha de argumentação: “Serra sabia muito bem que qualquer documento, a despeito de seu caráter mais ou menos direto, sempre guarda uma relação altamente problemática com a realidade. Mas a realidade (...) existe”.²² Assim, tal afirmação permite concluir que para Ginzburg, a prova documental constitui um parâmetro seguro para avaliar em que medida o relato histórico aproxima-se ou não da realidade, se ele é verdadeiro ou não.

Em “A operação historiográfica”, publicado em sua versão completa em 1975, também como resposta às discussões suscitadas por Paul Veyne e Hayden White, Michel de Certeau defende a história como uma “operação científica”, uma “prática” cuja produção do conhecimento dependeria de seus procedimentos técnicos, das determinações que lhe impõe o lugar social e a instituição do saber onde é construída, e das regras que comandariam sua escritura. Assim, como nos diz o próprio Certeau, “a operação historiográfica” se refere “à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*”.²³

Em diálogo com as obras de Veyne e White, de Certeau afirma que a escritura histórica é uma narrativa que, como tal, constrói seu discurso de acordo com os processos de “narrativização”. No entanto, é a partir deste ponto em comum com aquelas obras que Certeau inicia seu distanciamento. Segundo ele, o que daria coerência ao discurso historiográfico não seria, unicamente, as regras próprias que cerceiam a construção de qualquer narrativa, mas, sobretudo, as práticas específicas determinadas pelas técnicas da disciplina histórica, práticas estas diferentes conforme as épocas e os lugares. É nesse sentido que Certeau se distancia de Paul Veyne: enquanto que para este último o que determinaria as escolhas dos historiadores seria o prazer de sua subjetividade, para Certeau, tais escolhas corresponderiam muito mais às “leis” do lugar que estes homens ocupariam na “instituição de saber” onde sua escritura é produzida. Daí sua afirmação de que o estudo histórico estaria menos ligado ao “estatuto de efeito de uma filosofia pessoal” que ao “produto de um *lugar*”.²⁴

Ao defender a narrativa histórica como dependente de suas práticas de disciplina, Certeau também segue se distanciando da posição de Hayden White de que a história se aproximaria da ficção ao afirmar que a história não pode ser considerada unicamente um produto das figurações tropológicas. Assim, afastando-se dos pressupostos de Hayden White sobre o determinismo existente na relação entre o “conteúdo do discurso historiográfico” e sua “forma discursiva”, Michel de Certeau aponta para a existência de um “regime de verdade que não é nem aquele da literatura nem aquele da certeza filológica”,²⁵ para usar as palavras de Roger Chartier. Isso porque, para Certeau, “o discurso histórico pretende dar um conteúdo verdadeiro (que vem da verificabilidade) mas sob a forma de uma narração”.²⁶ Portanto, dando ênfase à cientificidade da história, no sentido de “operação” salientado por Certeau, onde a escrita da história “representa” ao mesmo tempo que se constrói num referente de “realidade”, por assim dizer, se afastan-

²² GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 229.

²³ Ibid., p. 229.

²⁴ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 66.

²⁵ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 73.

²⁶ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*, p. 159.

²⁷ CERTEAU, Michel de., op. cit., p. 100.

do, desse modo, da equiparação entre história e ficção, o autor de “A escrita da história” destaca os componentes extra-textuais que envolvem a escrita da história:

A representação – *mise-en-scène* literária – não é “histórica” senão quando articulada com um lugar social da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a *uma prática do desvio*, com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos. Não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber. Ainda é necessário que exista aí “representação”. O espaço de uma figuração deve ser composto. Mesmo se deixarmos de lado tudo aquilo que se refere a uma análise estrutural do discurso histórico, resta encarar a operação que faz passar da prática investigadora à escrita.²⁷

No entanto, como destaca Roger Chartier, longe de pôr fim à “crise epistemológica” suscitada por obras como as de Veyne e White (e a sua própria), Certeau certamente abriu novos caminhos neste momento em que a disciplina histórica foi posta à prova, dividida entre sua cientificidade e seu regime de verdade próprios, e suas aproximações a um gênero literário.

Entre os autores que retomaram essa discussão sobre a escrita da história da década de 1970, além do já aqui analisado historiador Carlo Ginzburg, com sua crítica ao pensamento de Hayden White, podemos atribuir certo destaque a Paul Ricoeur. Propondo uma análise da representação historiadora, na qual retoma a ideia de “operação” proposta por Michel de Certeau, Paul Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento*, obra publicada no ano de 2000, aborda a verdade na construção histórica a partir do questionamento do lugar da narratividade na arquitetura do saber histórico, questionamento que passa pela indagação sobre a referencialidade do que é narrado.

Assim, em sua obra, mais especificamente no capítulo intitulado “A Representação Historiadora”, o autor se interroga sobre o lugar da narrativa no conhecimento histórico. De início, vale ressaltar que o próprio título do capítulo já revela uma escolha, pois segundo o autor, o termo “representação historiadora” substitui noções como “escrita da história” ou “historiografia”, que fazem referência ao ato de escrita do historiador. Para o autor, a história é uma escrita em todas as suas fases. Dessa forma, Ricoeur opõe-se a duas formulações do papel da narrativa dentro da história: uma que a considera como capaz de suprir a lacuna entre a explicação e a compreensão, e a outra que a coloca em oposição a qualquer possibilidade explicativa. Ao contrário, o autor sustenta que a representação, principalmente em sua forma narrativa, mas também em outras, está presente desde a fase documental, até a fase da “representação historiadora”, não sendo introduzida, portanto, apenas no final da operação historiográfica.²⁸

O tema da diferenciação entre discurso histórico e discurso ficcional é abordado por Paul Ricoeur através de uma crítica à linguística e ao postulado da não-referencialidade do discurso histórico. Vale ressaltar que Paul Ricoeur, ao problematizar esse tema, adverte que o modelo da linguística não é adequado para a análise do discurso histórico, que, segundo ele, possui a especificidade de não se restringir ao plano da representação, mas transitar pela prova documental, pela explicação causal/final e pela composição literária.²⁹

Além disso, para Paul Ricoeur, a operação historiográfica compõe-se de três fases que não constituem estágios sucessivos, “mas níveis intrincados aos quais somente a preocupação didática confere uma aparência de sucessão cronológica”:³⁰ a fase da prova documental, a fase da explicação compreensiva e a fase escriturária. Assim, partindo do pressuposto de que a diferença da narrativa histórica em relação à narrativa ficcional “é baseada na visada referencial que a perpassa e que é apenas a significância da representação”,³¹ Paul Ricoeur considera a representação historiadora como uma via de mão dupla, onde tanto “as formas

²⁸ Ibid., pp. 93-94.

²⁹ RICOEUR, P. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2008, pp. 250-251.

³⁰ Ibid., p. 263.

³¹ Ibid., p. 247.

³² RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*, p. 259.

escriturarias dessa operação se articulam com as formas explicativas”, quanto “a visada intencional da narrativa além de seu fechamento transita através da explicação, em direção à realidade atestada”.³² Isto é, que a representação historiadora compõe-se tanto de elementos literários compartilhados com qualquer forma narrativa, como a ficção, como também articula-se com uma certa positividade do acontecimento narrado. Como diz-nos o próprio Ricoeur, de forma mais clara:

O problema da referencialidade própria do discurso histórico parece-me colocar-se de forma distinta, na medida em que uma tendência ao fechamento, inerente ao ato de composição da intriga, opõe-se à pulsão extralinguística, extratextual, referencial enfim, pela qual a representação se faz representância.³³

O que se vê, desse modo, é que para Paul Ricoeur, o termo “representância”, entendido como “a capacidade do discurso histórico de representar o passado”,³⁴ condensa em si todas as expectativas, exigências e aporias da intencionalidade historiadora. No entanto, como lembra Roger Chartier, ao analisar tais escritos de Ricoeur, “a função de ‘representância’ da história é constantemente questionada, suspeitada pela distância necessariamente introduzida entre o passado representado e as formas discursivas necessárias para sua representação”.³⁵ Impõe-se, então, outro questionamento: como certificar a representação histórica do passado? Paul Ricoeur propõe-nos duas respostas: a primeira, que insiste na distinção e articulação entre as três fases da operação historiográfica; e a segunda, que se pauta na certeza conferida pelo testemunho da memória. Nas palavras do próprio Ricoeur:

Uma vez questionados os modos representativos que supostamente dão forma literária à intencionalidade histórica, a única maneira responsável de prevalecer a atestação de realidade sobre a suspeição de não-pertinência é repor em seu lugar a fase escriturária em relação às fases prévias da explicação compreensiva e da prova documental. Em outros termos, quando juntas, escrituralidade, explicação compreensiva e prova documental são suscetíveis de credenciar a pretensão à verdade do discurso histórico.³⁶

E complementa:

O realismo crítico aqui professado é forçado a dar outro passo aquém da proposição factual e invocar a dimensão testemunhal do documento. De fato, está no cerne da prova documental a força do testemunho que se expõe. E não vejo como se poderia remontar além da tríplice declaração da testemunha: 1) Estava lá; 2) Acreditem em mim; 3) Se não acreditarem, perguntem a outra pessoa. Caçoarão do realismo ingênuo do testemunho? É possível. Mas isso seria esquecer que o germe da crítica está implantado no testemunho vivo, a crítica do testemunho alcançando aos poucos toda a esfera dos documentos, até o último enigma do que se dá, sob o nome de rastro, como o efeito-signo de sua causa. Ocorreu-me dizer que não temos nada melhor do que a memória para certificar a realidade de nossas lembranças. Dizemos agora: não temos nada melhor do que o testemunho e a crítica do testemunho para dar crédito à representação historiadora do passado.³⁷

Em suma, podemos perceber algumas posições distintas em relação aos questionamentos acerca do estatuto da história. Embora autores como Paul Veyne e Hayden White questionem a cientificidade do conhecimento histórico, tal posição está longe de alcançar algum consenso. Ao contrário, as teorizações nesse sentido encontraram fortes objeções por parte de autores como Michel de Certeau e Paul Ricoeur. Embora reconheçam a dimensão narrativa do relato histórico, tais autores afirmam a ideia de “operação historiográfica”, para usar a expressão de Michel de Certeau, defendendo ainda a positividade da história. Mesmo Paul Veyne, como vimos, apesar de negar a cientificidade da história, não defende a ausên-

³³ Ibid., p. 259.

³⁴ Ibid., p. 260.

³⁵ Ibid., p. 250.

³⁶ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 23.

³⁷ RICOEUR, Paul, op. cit., p. 292.

³⁸ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*, pp. 292-293.

cia de parâmetros extralinguísticos para a construção do texto histórico, nos moldes do pensamento de Hayden White. Tais teorizações produzem impactos no próprio posicionamento do historiador frente ao seu papel na sociedade, impactos estes que serão avaliados a seguir.

○ PAPEL SOCIAL DA ESCRITA DA HISTÓRIA

É a partir das considerações elaboradas pelos historiadores até aqui apresentados que iremos debater o papel dos historiadores e, de um modo geral, dos intelectuais na sociedade contemporânea. Isso porque, entendemos que um determinado modo de atuação destes intelectuais está diretamente relacionado à sua compreensão do estatuto epistemológico do conhecimento histórico e o grau de importância atribuído à escrita da história. Para a realização de nossa proposta, primeiramente pensaremos como as teorizações de Hayden White podem contribuir na postura do historiador como agente da transformação social; em segundo lugar, retomaremos as críticas lançadas por Carlo Ginzburg ao autor de *Meta-história* refletindo sobre a ética presente no labor do intelectual. Finalmente, veremos como poderia ser pensado o papel da escrita da história a partir das concepções de Paul Veyne, Michel de Certeau e Paul Ricoeur.

Além dos modos de elaboração de enredo já analisados, Hayden White também versa sobre o que ele chamou de “explicação por implicação ideológica”. Por ideologia, Hayden White entende tratar-se de “um conjunto de prescrições para a tomada de posição no mundo presente da práxis social e atuação sobre ele (seja para mudar o mundo, seja para mantê-lo no estado em que se encontra)”. Ainda segundo White, “tais prescrições vêm acompanhadas de argumentos que se arrogam a autoridade da ‘ciência’ ou do ‘realismo’”³⁸. Assim, para o autor, a dimensão ideológica de qualquer relato histórico seria reflexo direto da postura do historiador frente ao conhecimento histórico e a possibilidade desse conhecimento do passado influenciar ações no presente.³⁹

As posições ideológicas principais, de acordo com Hayden White, são quatro: anarquismo, conservantismo, radicalismo e liberalismo. Tais divisões, no entanto, não indicam qualquer forma de orientação partidária. São antes arcabouços teóricos que justificam posições diante de problemas como a alteração do *status quo* e da direção e velocidade das mudanças sociais.⁴⁰ Ou seja, a narração e explicação de fatos históricos do passado, organizados a partir dessas posições ideológicas básicas, indicam uma posição ideal a ser adotada pelos escritores de história frente às mudanças sociais do presente.

Para além das diferentes posturas a respeito das mudanças sociais, tais “explicações por implicação ideológica” indicam também diferentes concepções temporais presentes nessas ideologias. Assim, para os conservadores, o aperfeiçoamento progressivo das instituições já existentes está no centro da evolução histórica, entendendo esse presente como a melhor forma de organização social possível. Os liberais, por sua vez, projetam um futuro em que essa organização social será melhorada, embora tal devir seja remoto, o que desencorajaria qualquer transformação radical no presente. Na contramão dessas duas posições, os radicais veem esse futuro desejado como iminente, ou seja, capaz de ser alcançado através de meios revolucionários. Por fim, os anarquistas voltam-se para o passado, idealizando um tempo remoto de inocência humana arruinado pela chegada de uma civilização corrupta, projetando, assim, esse ideal fora de qualquer temporalidade.⁴¹

Dessas diferentes posições frente à mudança social e ao papel da organização social vigente decorre também uma determinada concepção do conhecimento histórico. Portanto, da mesma forma como as diferentes posições ideológicas caracterizam o tempo presente como “progresso” ou “decadência” da humanidade, também são postulados diferentes conceitos de história capazes de explicar e justificar esta ou

³⁹ WHITE, Hayden. *Meta-história*, pp. 36-37.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 36.

⁴¹ *Ibid.*, p. 38.

⁴² *Ibid.*, p. 39.

aquela posição. Como exemplo, Hayden White cita a tendência de liberais e radicais na crença da história como conhecimento “racional” e “científico”, embora com entendimento diverso sobre o significado desses termos, uma vez que “aqueles procuram as leis das estruturas e dos processos históricos, estes as tendências gerais ou o rumo geral do desenvolvimento”.⁴²

Todavia, adverte Hayden White, essa divisão não implica uma classificação dessas tendências a partir da “verdade” ou “cientificidade” presente nas diferentes concepções ideológicas. Da mesma forma que dentro da narrativa histórica não existem critérios extratextuais que asseverem a veracidade daquilo que é narrado, não existem critérios extraideológicos capazes de hierarquizar tais relatos. Nas palavras do próprio Hayden White:

No meu modo de ver, não existem premissas extraideológicas que permitam arbitrar entre as diferentes concepções do processo histórico e do conhecimento histórico a que recorrem as diferentes ideologias. Pois, já que essas concepções tem origem em considerações éticas, a assunção de uma determinada postura epistemológica para julgar a adequação cognitiva delas representaria em si mesma apenas outra opção ética.⁴³

Essa não-referencialidade do discurso histórico postulada por Hayden White foi duramente atacada por Carlo Ginzburg, como observado na primeira parte do artigo. Como afirma o historiador italiano, as fontes e testemunhos utilizados na composição de qualquer narrativa histórica permitem averiguar a “verdade” contida naquele relato. Embora esta afirmação constitua o núcleo central de seu artigo, o autor lança ainda outra objeção não menos importante em relação às teorizações de Hayden White. Tal objeção possui um importante elemento ético e está relacionada à polêmica em torno do revisionismo, corrente histórica que nega a existência dos campos de concentração. O autor defende que, se levada às últimas consequências, as formulações de Hayden White permitiriam que esse tipo de história tivesse validade efetiva, uma vez que o único critério a ser observado seria referente a elementos internos ao texto, ou seja, a já enfatizada capacidade da narrativa produzir uma verdade eficaz.⁴⁴ No próprio artigo, Ginzburg reproduz algumas considerações de White acerca das teorias revisionistas, destacando que, enquanto a interpretação sionista do Holocausto deixa a “realidade” intacta, o revisionismo reescreve essa mesma “realidade”.⁴⁵ Ainda assim, não é possível afirmar que essa realidade citada por White entre na construção de uma narrativa histórica e se constitua um referencial obrigatório dentro desse discurso, organizada a partir dos tropos ou figuras de linguagem, ou ainda justificadas pelas posições ideológicas citadas acima. Ou seja, para Hayden White, as provas documentais referidas por Ginzburg não seriam necessárias para verificar a veracidade de uma história; essa eficácia está ligada a outros elementos, e, no caso do Holocausto, na capacidade de justificar uma série de comportamentos atuais do Estado de Israel.⁴⁶ Carlo Ginzburg conclui, portanto, que as teses de White conduziriam a um relativismo extremo, permitindo que histórias falsas sejam consideradas verdadeiras e eliminando qualquer ética do conhecimento histórico.

É em relação a esta capacidade da história de ligar-se à verdade extradiscursiva que podemos também pensar no papel do historiador para Paul Veyne, Michel de Certeau e Paul Ricoeur. No caso de Paul Veyne, o compromisso em narrar aquilo que “tenha realmente acontecido”⁴⁷ é acompanhado pelas seguintes questões: “por que nos interessamos pela história e por que a escrevemos?”; e “que espécie de interesse visa a satisfazer por natureza o gênero histórico?”⁴⁸ O autor propõe-nos duas respostas, ligadas a

⁴³ WHITE, Hayden. *Meta-história*, p. 40.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 41.

⁴⁵ GINZBURG, C. *O fio e os rastros*, p. 226.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 226.

⁴⁷ GINZBURG, C. *O fio e os rastros*, p. 227.

⁴⁸ VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revolucionou a história*, p. 25.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 51.

uma constatação prévia: a história interessa-se por aquilo que “é interessante”. Mas há aí um problema, pois os historiadores e eruditos sempre se interessam por todo o passado.

É após esta constatação sobre o objetivo do conhecimento histórico que surgem suas duas razões para tal interesse: de um lado, devido ao fato de pertencermos a um grupo nacional, a uma comunidade social, familiar, etc, a história se interessaria por qualquer atrativo particular que o passado deste grupo pudesse suscitar aos indivíduos que o compõe; do outro lado, o interesse recai sobre a simples curiosidade, tanto aquela anedótica quanto a acompanhada de uma exigência da inteligibilidade. De acordo com Paul Veyne, normalmente, a primeira razão é a mais invocada, uma vez que o sentimento de pertencer a uma nação e a uma tradição levaria a história a categoria de “consciência que os povos tomam deles mesmos”.⁴⁹ No entanto, como diz o próprio Paul Veyne, “que seriedade!”. A ideia de um “romance verdadeiro” já trás embutida a noção preferida por Veyne de que “o único objetivo é distrair e saber”.⁵⁰ Nesse sentido, a história atuaria socialmente com o simples papel de satisfazer a curiosidade e divertir, tal qual o “romance”, mas também com o papel de informar, devido ao seu caráter “verdadeiro”. Em suas palavras:

O teatro da história faz o espectador sentir paixões que, sendo vividas intelectualmente, sofrem uma espécie de purificação; sua gratuidade torna vão qualquer sentimento não-apolítico. Não se trata, evidentemente, de uma lição de “sabedoria”, já que escrever a história é uma atividade de conhecimento e não uma arte de viver; é uma particularidade curiosa da profissão de historiador.⁵¹

Por outro lado, para Michel de Certeau e Paul Ricoeur, a escrita da história e o papel que ela poderia desempenhar na sociedade giram em torno de algumas “expectativas”. Para Certeau, fundamentalmente, devido ao caráter de “operação” que caracterizaria o conhecimento histórico como o produto de um lugar, a história corresponderia à situação social do local e do tempo em que ela é escrita. Assim, diferentemente de Paul Veyne, para quem a atuação individual do intelectual teria um maior grau de liberdade, sugerido pela subjetividade pessoal com que este constrói o seu texto, para Certeau, o campo de atuação do intelectual estaria cerceado pelos métodos que “esboçam um comportamento institucional e as leis de um meio”,⁵² pois as imposições sociais decorrentes das expectativas do meio estariam instaladas no “círculo da escrita”. Tratar-se-ia, desse modo, de uma história que abriga prioritariamente aqueles que escreveram, reforçando uma “tautologia sócio-cultural” entre seus autores, seus objetos e seu público. Como diz o próprio Michel de Certeau:

Estas imposições não são acidentais. Elas fazem parte da pesquisa. Longe de representar a inconfessável intromissão de um estranho no Santo dos santos da vida intelectual, constituem a textura dos procedimentos científicos. Cada vez mais o trabalho se articula com base em *equipes*, líderes, meios financeiros e, portanto, também pela mediação de créditos, fundamentados nos privilégios que proximidades sociais e políticas proporcionam a tal ou qual estudo. E, igualmente, organizado por uma *profissão* que tem suas próprias hierarquias, suas normas centralizadoras, seu tipo de recrutamento psicossocial.⁵³

Mas se a situação social molda os tipos de discursos cabíveis aos historiadores, a própria mudança no social impõe a produção de novos discursos. O que quer dizer que ao se construir novos discursos em detrimento dos já existentes, ou seja, ao se reescrever a história, esta nova história produzida não estaria menos marcada pelas expectativas sociais e pelas imposições delas decorrentes do que aquelas histórias que passaram a ser rejeitadas. Isso porque, ao se articular a um lugar, este último “lhe *permete* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros”.⁵⁴

⁵⁰ Ibid., p. 69.

⁵¹ Ibid., p. 69.

⁵² VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*, p. 74.

⁵³ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 73.

⁵⁴ Ibid., p. 73.

⁵⁵ Ibid., p. 77.

Mesmo sendo o papel individual do historiador limitado pelo lugar que lhe é imposto, qual seria a função de seu texto na sociedade? De acordo com Michel de Certeau, “a escrita põe em cena uma população de mortos”. Isso permite particularizar a história sobre dois aspectos: primeiramente, a escrita representaria o papel de um “rito de sepultamento”, exorcizando a morte e introduzindo-a no discurso; por fim, a escrita da história teria uma função “simbolizadora”, permitindo a uma sociedade situar-se em seu passado e, conseqüentemente, abrir caminho para o seu presente. Assim, dar um lugar para a morte, para o passado, através da narratividade da história, é também dar um lugar para os vivos. Como afirma o próprio Michel de Certeau:

Pode-se dizer que ela faz mortos para que os vivos existam. Mais exatamente, ela recebe os mortos feitos por uma mudança social, a fim de que seja marcado o espaço aberto por este passado e para que, no entanto, permaneça possível articular o que surge com o que desaparece. Nomear os ausentes da casa e introduzi-los na linguagem escriturária é liberar o apartamento para os vivos, através de um ato de comunicação, que combina a ausência dos vivos na linguagem com a ausência dos mortos na casa. Desta maneira, uma sociedade se dá um presente graças a uma escrita histórica. A instauração literária deste espaço reúne, então, o trabalho que a prática histórica efetuou.⁵⁵

Já para Paul Ricoeur, a “expectativa” que gira em torno do papel da história na sociedade recai sobre o escritor e o leitor. Isso porque, a pretensão de verdade da história já a distinguiria da narrativa ficcional. Para o autor, uma coisa é um romance, mesmo realista; outra coisa é um livro de história. Ambos distinguir-se-iam pela “natureza do pacto implícito ocorrido entre o escritor e seu leitor. Embora informalizado, esse pacto estrutura expectativas diferentes, por parte do leitor, e promessas diferentes, por parte do autor”.⁵⁶ Enquanto o leitor de um romance prepara-se para entrar num universo irreal, em relação ao lugar e o tempo em que o narrado aconteceu, o leitor de um livro de história espera entrar num mundo em que os “acontecimentos ocorreram realmente”, tal qual diria Paul Veyne. Assim, minimamente, e pelo menos em tese, o historiador teria a função de informar sobre aquilo que um dia foi “real”.

Mas a expectativa do pacto entre o historiador e seu leitor, aliada à positividade do acontecimento assegurada pela articulação das três fases da operação historiográfica e pela certeza conferida ao testemunho da memória, sugerem, desta vez na prática, tal qual para Paul Veyne, Michel de Certeau e Carlo Ginzburg, e diferentemente de Hayden White, um compromisso do historiador com o conhecimento “verdadeiro”, ou ao menos com uma suposta “realidade” dos fatos. Desse modo, o historiador assumiria, antes de mais nada, o papel de um intelectual atuante com estatuto particular, uma vez que possuiria um compromisso ético ao escrever a história, tendo em vista sua participação como mediador simbólico na construção da memória coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se existe uma impossibilidade em se definir o estatuto do conhecimento histórico, e uma vez que a atuação do intelectual é resultado daquilo que o historiador entende por história, torna-se também impossível um consenso acerca do papel da escrita da história e do historiador na sociedade. Mesmo retirando a pretensa cientificidade e o caráter referencial do discurso histórico, a história não seria menos importante, como muitas vezes poderíamos ser levados a crer. Uma história nos moldes defendidos por White tem um impacto significativo na sociedade, como no caso do revisionismo e a disputa travada em torno da memória; a resposta de Carlo Ginzburg às teorizações de White e da polêmica revisionista já indicam um importante aspecto dessa discussão, uma vez que o argumento mais invocado por Ginzburg é estritamente ético, a saber, o temor da substituição de memórias verdadeiras por falsas. É certo também

¹ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 108.

² RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*, p. 274.

que Hayden White não tenha vinculação direta com a polêmica reviosionista, mas o critério de “eficácia” da verdade do discurso, sugerido por ele em suas obras, é problemático se levarmos em consideração histórias como a da negação do Holocausto.

Na direção contrária, a “operação historiográfica” elaborada por Certeau, resulta em algumas indagações importantes: se de fato o lugar social da história garante seu caráter científico, essa mesma garantia restringe o campo individual de atuação do historiador, e, conseqüentemente, o papel da história na sociedade. Isso porque, se levada ao limite, a produção historiográfica responderia sempre aos parâmetros impostos por esse lugar, representado pelas instituições onde o saber é produzido. Já os argumentos de Paul Ricoeur parecem abarcar um campo mais amplo, pois para esse autor a positividade do conhecimento é inerente ao próprio discurso histórico, na forma de entrecruzamento das diversas fases da “representação historiadora”, assegurando a veracidade da palavra do historiador, além de evocar o pacto escritor/leitor.

Nesse contexto, poderíamos ser levados a crer que a resposta de Paul Veyne seja simplista, já que coloca como principal papel da história apenas satisfazer a curiosidade e informar, no sentido estrito da palavra. No entanto, desde o relativismo extremo até a afirmação da positividade e da cientificidade do conhecimento histórico, a história não deixa de produzir impactos na sociedade. Isso porque, mesmo como simples “curiosidade”, o texto do historiador atua como mediador na formação dos imaginários e identidades, sejam elas individuais, coletivas e/ou nacionais.